



BRASÍLIA-DF

por **Denise Rothenburg** » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Piores momentos

Empresas que desde o início do ano medem diariamente o comportamento das interações relacionadas a Bolsonaro nas redes sociais, e especial o Twitter, começaram a notar que as menções negativas vêm subindo e apresentam alguns pontos elevados, entre cinco e seis milhões de posts negativos em três situações, com um descolamento brutal entre menções positivas e negativas.

CPI na veia

O primeiro pico negativo veio em 14 de março, aniversário da morte da vereadora Marielle Franco, com mais de seis milhões de menções negativas. O segundo foi na morte do ator Paulo Gustavo, em 4 de maio. Por último, aparece o depoimento dos irmãos Miranda na CPI da Covid, com mais de cinco milhões de posts negativos contra o presidente.

Se acalma ou perde mais terreno

As investigações das suspeitas de prevaricação envolvendo Bolsonaro são vistas por aliados como uma chance até para recuperar sua popularidade, caso nada seja comprovado contra ele. Agora, dizer que não vai responder e ficar brigando com jornalistas, senadores e quem mais chegar, só vai desidratar ainda mais a campanha reeleitoral. Afinal, todos os destemperos já estão devidamente registrados para exibição no horário eleitoral em 2022.

A campanha do Exército

O Exército mantém seu pessoal da ativa engajado na campanha "ajudar está no nosso sangue". Em 2018, quando essa iniciativa foi lançada, a Força conseguiu quase 10 mil doações de seu efetivo. No ano passado, com a pandemia, esse número subiu para 41 mil doadores. Agora, o primeiro semestre de 2021 fechou com 25.639 doações de sangue, beneficiando 102.556 pessoas. Com essa marca em um semestre, a ideia é fechar o ano com, pelo menos, 50 mil doadores.

O tempo de Pacheco

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), só tratará de 2022 depois de outubro. A ideia é não ir tão rápido que pareça afobação, nem tão devagar que possa passar a imagem de receio da disputa.

Arthur curte a "maçaranduba do tempo"

A expressão muito comum no Nordeste está diretamente relacionada à madeira dura e resistente, como o implacável tempo. É nessa linha que está o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Pelo menos, até o final do ano, será fiel a Jair Bolsonaro. Porém, se na virada de 2021 para 2022 o desgaste presidencial se mostrar irreversível, o deputado encontrará um meio de buscar outros rumos.

O projeto do presidente da Câmara é a reeleição como deputado federal e mais dois anos no comando da Casa. Se Bolsonaro se recuperar e for reeleito, será positivo para o plano de voo de Lira. Se o presidente não apresentar sinais de recuperação de popularidade, o deputado não poderá ficar comprometido com o governo no ano eleitoral, sob pena de atrapalhar suas metas.



MAURE

CURTIDAS

Nelson Almeida/AFP - 9/8/18



Cai o mito/ A maioria dos partidos considera que o ex-governador Geraldo Alckmin (foto) derrubou a tese de que o governador de São Paulo é sempre nome obrigatório de ser levado em conta numa eleição presidencial. Ele era governador e ficou lá atrás em 2018. Agora, tem muita gente mencionando isso nos bastidores para tirar João Doria do páreo.

Haja oração/ O pedido de Bolsonaro para rezar um *Pai Nosso* no meio de uma entrevista, tudo por causa de uma pergunta que ele não gostou, foi para tentar se acalmar. Se está assim agora, diante de jornalistas, imagine nos debates eleitorais em 2022.

Distensão com cada um no seu quadrado/ Depois do encontro entre Bolsonaro e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, a cúpula dos Poderes quer aproveitar o embalo para tirar qualquer dúvida sobre a realização das eleições de 2022. Com ou sem voto impresso, decisão que cabe ao Congresso.

Muita calma nessa hora/ A população cansou do distanciamento social, porém, diante das novas variantes, dificilmente a vida voltará ao normal. Os epidemiologistas têm dito em todas as oportunidades que não está no momento nem de tirar a máscara nem de promover aglomerações.

PODER / Em encontro no STF para estabelecer trégua entre os poderes, Fux cobra de Bolsonaro respeito "aos limites da Constituição". Presidente teria se comprometido a moderar os ataques aos ministros, mas volta a dizer que as urnas eletrônicas não são confiáveis

Reunião tenta estancar a crise

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, convidou o presidente Jair Bolsonaro para uma reunião, ontem, no Salão Branco da Corte, onde os dois trataram de contornar a crise entre os Poderes. Na conversa privada no hall que antecede o plenário, Fux teria pedido que Bolsonaro "respeitasse os limites da Constituição". O chefe do Executivo, por sua vez, teria se comprometido a moderar os ataques aos ministros do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Convidei o presidente da República para uma conversa, diante dos últimos acontecimentos, quando nós debatemos o quão importante é para a democracia brasileira o respeito às instituições e os limites impostos pela Constituição Federal", disse Fux. Segundo o magistrado, Bolsonaro recorreu a uma fábula evangélica sobre perdão para demonstrar que entendeu o movimento do presidente do STF em busca de estancar a crise.

O encontro, porém, não esgotou as tratativas de conciliação. Fux afirmou que uma nova reunião será realizada para tratar da relação institucional. O novo encontro, ainda sem data definida, contará com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). O presidente do STF disse que a nova conversa tratará da tentativa de "fixar balizas sólidas para a democracia brasileira, tendo em vista a instabilidade do nosso regime político".

Após o encontro na mais alta instância do Judiciário, Bolsonaro declarou em entrevista coletiva ser o "Jairzinho paz e amor", em alusão à frase para se

» Nome de Mendonça é confirmado

No dia em que o ministro Marco Aurélio Mello se despediu oficialmente do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente Jair Bolsonaro indicou o atual advogado-geral da União, André Mendonça, para ocupar a vaga aberta na Corte. O anúncio ocorreu após reunião com o ministro Luiz Fux, ontem. "O Fux pediu para que eu só apresentasse o nome do futuro indicado depois da aposentadoria do senhor Marco Aurélio. Já aconteceu a aposentadoria dele", explicou. A partir de agora, o indicado depende de aprovação em sabatina que será realizada pelo Senado, em data a ser definida pelos parlamentares. Será entrevistado em uma comissão especial da Casa criada para tratar do tema. Mendonça tem boa aceitação entre os integrantes do STF, mas, no Senado, existe uma indisposição com o governo, o que pode atrasar a chancela ou recusa da escolha do presidente.

referir ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos momentos que antecederam a eleição presidencial de 2002 — quando o petista se apresentou com discurso conciliatório e mais simpático ao centro político. A nova versão de Bolsonaro, no entanto, não demonstrou ter novo entendimento sobre uma pauta pacificada entre as lideranças dos outros poderes quanto a sua inconstitucionalidade: o voto impresso. E negou que estivesse atacando os ministros. "Quem está atacando quem? Olha só: eu não ataquei os ministros. Vocês estão se equivocando. Eu ataquei um ministro aqui, o que é normal.

Reprodução / CNN



Fux quer novo encontro com Bolsonaro, que inclua Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, para buscar a pacificação

Pode acontecer. Eu estou tendo problema com um ministro. Ele está tendo um ativismo legislativo que não é concebível. A questão do voto impresso. Nada além disso", afirmou.

E acrescentou: "Devemos mostrar para o mundo que o Brasil é país sério, tem eleições limpas, auditáveis. Acertado por maioria de técnicos, isso não é eleição. Aí vamos bater na tecla da contagem dos votos".

Procuradores

Por conta disso, aliás, um grupo de ex-procuradores-gerais emitiram nota, ontem, defendendo a lisura do sistema eleito-

ral brasileiro e da urna eletrônica. Entre os signatários estão os ex-procuradores-gerais da República Raquel Dodge, Rodrigo Janot, Roberto Gurgel e Aristides Junqueira. "Em todas as eleições brasileiras sob o sistema de urnas eletrônicas, jamais houve o mais mínimo indício comprovado de fraude. Tivesse havido, o Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral teriam atuado prontamente, coerentes com a sua história de enfrentamento de qualquer ameaça à lisura dos pleitos", diz o texto.

Quando questionado se estava arrependido por ter chamado o ministro Luís Roberto Barroso de "imbecil", o presidente recor-

reu novamente aos preceitos religiosos e propôs que fosse rezada a oração *Pai Nosso* durante a coletiva. "Até falei para ele sobre minhas atividades de manhã, que era rezar *Pai Nosso*, em que, no final, diz que devemos perdoar quem nos tem ofendido. Basicamente foi essa a conversa, durou 20 minutos. Estamos perfeitamente alinhados e respeitosos para com a Constituição, e cada um se policiará dentro do seu poder, no tocante aos limites. E nós, do Poder Executivo, não pretendemos sair dos limites. Essa basicamente foi a linha de conversação com o senhor Fux", relatou Bolsonaro. (Colaborou Ingrid Soares)

"Voto impresso é lenda urbana"

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou a defesa do voto impresso feita pelo presidente Jair Bolsonaro. Na avaliação do magistrado, o discurso de que, sem a medida, haveria fraudes nas eleições, é um tipo de "lenda urbana" que "galvaniza" a base eleitoral mais dura do chefe do Planalto. "Entendo que isso é tão consistente quanto à mensagem que diz que o homem não foi à lua", frisou.

O tema tem ganhado força devido à insistência de Bolsonaro de que há uma articulação no STF para que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva volte à Presidência pela fraude. O presidente tem afirmado a apoiadores que a única maneira de impedir isso seria por meio da implementação do voto impresso.

Mendes defendeu a segurança das urnas eletrônicas e usou um argumento que é muito comum quando Bolsonaro critica o sistema: o de que ele mesmo chegou ao poder por meio das urnas.

"Já tinham ouvido falar de Hélio Negão? Já tinham ouvido falar de Bia Kicis? Nenhum de nós tinha ouvido falar deles. Vieram nesse arrastão provocado pelo presidente Bolsonaro, o que prova que a urna é fiel aos votos que lá foram depositados", disparou.

O magistrado também comentou sobre as tensões entre as Forças Armadas e a CPI da Covid. "Não é função das Forças Armadas fazer ameaças à CPI, ou ao Parlamento. Pelo contrário, as Forças Armadas têm o poder e o dever de proteger as instituições."